

FUNDAÇÃO PINHALENSE DE ENSINO
CENTRO REGIONAL UNIVERSITÁRIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL
CURSO DE ENGENHARIA AGRÔNOMICA “MANOEL CARLOS GONÇALVES”

**A POLITICA DE GARANTIA DE PREÇO MÍNIMO – PGPM COMO
IMPORTANTE POLÍTICA AGRÁRIA PARA O PRODUTOR RURAL**

LEONARDO AGNEW RONZELLA MIRANDA

Espírito Santo do Pinhal – SP

Dezembro de 2023

FUNDAÇÃO PINHALENSE DE ENSINO
CENTRO REGIONAL UNIVERSITÁRIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL
CURSO DE ENGENHARIA AGRONÔMICA “MANOEL CARLOS GONÇALVES”

A POLITICA DE GARANTIA DE PREÇO MÍNIMO – PGPM COMO IMPORTANTE
POLÍTICA AGRARIA PARA O PRODUTOR RURAL

Acadêmico: Leonardo Agnew Ronzella Miranda

Orientador: Prof. Me. Euzébio Beli

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como parte das exigências
para obtenção do título de Engenheiro
Agrônomo no Curso de Engenharia
Agrônoma “Manoel Carlos Gonçalves”,
UNIPINHAL.

Espírito Santo do Pinhal – SP

Dezembro de 2023

Miranda, Leonardo Agnew Ronzella

M672p

A política de garantia de preço mínimo-PGPM como importante política agrária para o produtor rural / Leonardo Agnew Ronzella Miranda. – Espírito Santo do Pinhal, 2023. 35 f.

Orientador: Prof. Me. Euzébio Beli.

Trabalho de Conclusão de Curso – Agronomia – Centro Regional Universitário de Espírito Santo do Pinhal – UNIPINHAL.

1. Políticas agrícolas. 2. Preços mínimos. 3. Produtor rural. I. Euzébio, Beli. II. Centro Regional Universitário de Espírito Santo do Pinhal. III. Título.

CDU 338.43.02

FOLHA DE APROVAÇÃO

A Comissão Supervisora do Trabalho de Conclusão de Curso, do Curso de Engenharia Agrônômica da UniPinhal, julga aprovado o trabalho apresentado pelo aluno _____ com o título: _____ em ____ de _____ de 2023.

Orientador(a)

(nome do orientador designado pela Comissão)

Membros da banca

XXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXX

Espírito Santo do Pinhal, ____ de _____ de 2023.

DEDICATÓRIA

Dedico essa vitória a Deus que me proporcionou força e equilíbrio durante todos estes períodos. Com extremo orgulho, dedico o presente trabalho também aos meus professores que todos os períodos, puderam oferecer o seu melhor, em conteúdo, assiduidade e conhecimento, ajudando infinitamente naquilo que ninguém pode tirar e, iremos sempre levar conosco que é o aprendizado, sou grato a cada docente por estes anos de luta, e de muito sofrimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por toda força e sustento que me deu quando eu pensei por vezes em desistir; sou grato a Faculdade por todo suporte bibliográfico. Agradecer a minha família, que foi minha base durante esse processo acadêmico.

*Ebenézer: até aqui nos ajudou o Senhor.
1 Samuel 7:12*

RESUMO

Título: A política de garantia de preço mínimo – pgpm como importante política agrária para o produtor rural

Autor: Leonardo Agnew Ronzella Miranda

Orientador: Prof. Me. Euzebio Beli

As políticas públicas na agricultura desempenham um papel fundamental na orientação e regulação do setor agrícola, buscando promover o desenvolvimento sustentável, a segurança alimentar e o crescimento econômico. Essas políticas englobam uma ampla gama de estratégias, desde incentivos financeiros e crédito agrícola até programas de assistência técnica, seguro rural e subsídios. O objetivo principal dessas políticas é garantir a eficiência na produção agrícola, o acesso justo aos recursos, a distribuição equitativa dos benefícios e a preservação dos recursos naturais. Ao mesmo tempo, buscam enfrentar desafios como a mitigação dos impactos das mudanças climáticas, a melhoria da infraestrutura rural e a promoção de práticas agrícolas sustentáveis para garantir a resiliência do setor frente a desafios futuros.

O objetivo geral deste estudo é fazer um relato das políticas públicas que regem a agricultura, com foco em sua descrição e análise. Com foco na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), é importante destacar sua importância e os potenciais efeitos que ela pode trazer para o agronegócio. Este estudo compreende duas etapas distintas e interrelacionadas. Para alcançar resultados científicos e teóricos, uma revisão bibliográfica foi realizada juntamente com uma análise de dados secundários. A pesquisa bibliográfica serviu de alicerce, sendo posteriormente complementada com o levantamento de dados secundários fornecidos pela Companhia Nacional de Abastecimento, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Os dados secundários utilizados no Caderno de Proposta de Preço Mínimo para a safra 2021/2022 foram utilizados para aprimorar a pesquisa e análise bibliográfica. Por fim, ao examinar a implementação de políticas públicas e seus resultados subsequentes, esperamos destacar questões pertinentes. É crucial avaliar os avanços e obstáculos enfrentados por estas políticas e procedimentos para avaliar a sua eficácia na promoção de mudanças no desenvolvimento sustentável. Sugere-se empregar tecnologia acessível através de ações comunitárias para prevenir a exclusão social em regiões rurais. É enfatizada a relevância do suporte financeiro e de políticas públicas eficientes para aprimorar a infraestrutura local e proporcionar capacitação profissional.

Palavras-chave: Políticas Agrícolas. Preços mínimos. Produtor Rural.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	09
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS	11
2.1.1 Planejamento das Políticas Públicas	11
2.2 Aspectos da Política Agrícola no Brasil	15
3. POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS	19
3.1 Aplicação PGPM.....	24
3.2 Impactos socioeconômicos no setor agrícola.	26
4. MATERIAL E MÉTODOS.....	31
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS.....	33

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ciclo de fases das Políticas Públicas.....	12
Figura 2 - Agricultura Familiar (Pronaf).....	17
Figura 3 - Parâmetros gerais dos desenhos: métricas de desempenho	18
Figura 4 - Incentivos de Longo Prazo Tipos de Planos.....	18
Figura 5 - Etapa das PGPM.....	23
Tabela 1 - Recursos para financiamento da agricultura e da pecuária.....	25

1 – INTRODUÇÃO.

A política brasileira está voltada a centralização, as políticas sociais existem para atender prioritariamente a interesses específicos, o que inevitavelmente leva a deficiências em cada região. É imperativo identificar essas deficiências e tomar as medidas adequadas para resolvê-las. Infelizmente, a implementação de políticas públicas é pouco discutida no Brasil.

Os atores públicos muitas vezes carecem de conhecimento e argumentos necessários para aprimorar os processos de ação governamental, o que resulta na falta de um progresso dinâmico e efetivo. Assim, é cada vez maior a necessidade de uma melhor coordenação e eficiência entre ações e procedimentos para alcançar os resultados desejados. A maioria dos agentes de elaboração de políticas públicas encontra dificuldades ao lidar com a administração pública. Portanto, é imperativo que a participação no processo decisório se torne mais efetiva na resolução de questões políticas.ii

O fortalecimento da percepção do desenvolvimento nacional pode ser alcançado por atividades políticas e processos sistemáticos e seus resultados estão intrinsecamente ligados. A implementação de políticas que impulsionam o progresso econômico e social, seja em organizações formais ou informais, requer a utilização de metodologias estabelecidas para uma prática eficaz. Como tal, este processo necessita de uma maior difusão de conhecimentos sobre métodos analíticos, tomada de decisão e execução adequada das ações.

Após a década de 1960, houve uma mudança perceptível na agricultura brasileira. O processo de diferenciação no Brasil foi dividido em três áreas geográficas principais. Silva (1980) observa que a região Centro-Sul experimentou a modernização por meio da incorporação de insumos agroindustriais como defensivos químicos e máquinas agrícolas. Já a região Nordeste, com exceção da divisa com a Bahia e o Maranhão, não sofreu mudanças marcantes em sua configuração agrícola. A região amazônica, por outro lado, serviu como zona de crescimento para a fronteira agrícola desde a década de 1960.

Essa expansão foi impulsionada pelas circunstâncias macroeconômicas do país, como a liberalização do comércio e os programas de estabilização econômica. No contexto histórico brasileiro, os instrumentos de governo que aplicam a Política de Garantia de Preços Agrícolas (PGPA) em regiões afetadas pela inflação

passaram por transformações significativas, principalmente durante a década de 1990.

O objetivo geral deste estudo é fazer um relato das políticas públicas que regem a agricultura, com foco em sua descrição e análise. Com foco na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), é importante destacar sua importância e os potenciais efeitos que ela pode trazer para o agronegócio. Um desses impactos são as repercussões sociais e econômicas que a política pode trazer para o setor agropecuário.

Este estudo compreende duas etapas distintas e inter-relacionadas. Para alcançar resultados científicos e teóricos, uma revisão bibliográfica foi realizada juntamente com uma análise de dados secundários. A pesquisa bibliográfica serviu de alicerce, sendo posteriormente complementada com o levantamento de dados secundários fornecidos pela Companhia Nacional de Abastecimento, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Os dados secundários utilizados no Caderno de Proposta de Preço Mínimo para a safra 2021/2022 foram utilizados para aprimorar a pesquisa e análise bibliográfica.

2.1 - Políticas públicas.

Segundo Peters, 1986, *apud* SOUZA, 2006, política pública refere-se ao conjunto de ações realizadas pelos governos, seja diretamente ou por meio de comissões, que têm um impacto na vida da população.” Para complementar essa ideia, Schmitter (1965) argumenta que o propósito da política é resolver conflitos entre indivíduos e grupos, sem que esses conflitos levem à destruição de alguma das partes envolvidas. Assim, pode-se entender que as políticas públicas são sistemas de objetivos e intenções criados pelo Estado para garantir o bem-estar da população por meio de uma série de ações governamentais.

Muller, Surel (2002) argumentam que a análise de políticas públicas não deve ser restrita a uma visão limitada do âmbito político, na qual determinadas atividades são favorecidas enquanto outras são negligenciadas. Eles afirmam que uma política pública é inicialmente composta por um conjunto de ações concretas que representam a parte tangível da política. A partir da análise dessas políticas, é possível desenvolver uma perspectiva mais abrangente das ações governamentais, permitindo uma compreensão mais completa das políticas públicas.

Entretanto, é válido salientar que as ações políticas nem sempre conseguem satisfazer plenamente as demandas da sociedade em sua totalidade. Conforme observado por Easton (2015) AGUM, RISSEDO, os desfechos das políticas públicas são diretamente moldados pela influência de grupos de interesse. Portanto, torna-se essencial que os cidadãos se mobilizem e reivindiquem uma maior capacidade de ação por parte dos governantes, a fim de garantir que as políticas atendam de maneira mais abrangente às necessidades da sociedade.

2.1.1 - Planejamento das políticas públicas

O processo de desenvolvimento das políticas públicas segue um ciclo composto por diversas etapas, que incluem: a identificação dos temas a serem abordados (elaboração da agenda), a definição das opções disponíveis (especificação de alternativas), a seleção da alternativa a ser adotada (escolha de uma alternativa), a execução prática das ações planejadas (implementação), a análise dos resultados obtidos (avaliação) e, se necessário, a revisão e ajuste das políticas (reajuste) (VIANA, 1988).

Segundo Souza (2006, p. 24):

As políticas públicas são definidas como um conjunto de medidas adotadas pelo governo para alcançar resultados específicos. Por essa razão, foram identificadas várias etapas teóricas destinadas a criar uma estrutura ordenada para o desenvolvimento das políticas públicas. No entanto, na prática, essas fases estão interconectadas e podem não seguir uma sequência predefinida.

Para tornar mais claro, Frey (2000) descreve o ciclo de desenvolvimento das políticas em quatro estágios: primeiro, a identificação das questões mais urgentes (Agenda); em seguida, a criação de propostas de soluções ou alternativas (Formulação); depois, a execução prática das políticas (Implementação); e, por fim, a avaliação das ações implementadas (Avaliação).

Essas são as fases que se relacionam com as políticas públicas e estão representadas na Figura 1. No entanto, é importante notar que o ciclo nem sempre segue a ordem apresentada, podendo ocorrer de forma desorganizada.



Figura 1 - Ciclo de fases das Políticas Públicas
Fonte: Frey, 2000

Os princípios estabelecidos pelas políticas públicas têm um papel significativo e são amplamente utilizados por cientistas, gestores e atores políticos que enfrentam desafios em diversas áreas e setores, incluindo sociologia, economia, direito e

administração pública. Conforme Faria (2003) observa, esses princípios são cruciais para compreender e desenvolver um plano de implementação das políticas públicas.

O processo de criação de uma lista de problemas-chave na sociedade envolve a identificação, o reconhecimento e a definição dos problemas que precisam ser abordados.

De acordo com Secchi (2010), a necessidade de criar essa lista decorre da impossibilidade de lidar com todos os problemas da sociedade de forma abrangente, uma vez que os recursos disponíveis para selecionar e implementar políticas públicas são limitados em relação à diversidade dos desafios existentes. É importante observar que, mesmo quando uma questão é incluída na lista de problemas, isso não significa necessariamente que ela terá prioridade sobre outras. A priorização depende de uma combinação de vários fatores, incluindo a vontade política, o nível de mobilização da sociedade e a estimativa dos custos necessários para resolver o problema específico.

Após a inclusão dos problemas na lista de prioridades, é fundamental realizar o planejamento e a organização das opções a serem implementadas. Conforme Saravia (2006) argumenta, essa etapa envolve a definição dos objetivos da política pública, bem como o estabelecimento das ações a serem desenvolvidas e das metas a serem alcançadas. Nesse processo, é comum que muitas propostas de ação sejam rejeitadas, o que pode resultar em conflitos políticos, uma vez que certos grupos podem sentir que foram excluídos das decisões.

No processo de elaboração de políticas públicas, a primeira etapa crucial é a definição do problema a ser abordado e das orientações que guiarão a resolução dessas questões, inserindo-as na agenda governamental. No entanto, essa definição muitas vezes gera conflitos entre grupos que têm perspectivas divergentes sobre as diretrizes a serem adotadas, refletindo interesses opostos ou alinhados com suas próprias agendas. A partir desse ponto, é necessário determinar o objetivo da política pública, estabelecer metas e planejar os programas a serem implementados. Nesse processo decisório, além de considerar o impacto nas diversas camadas da sociedade, é recomendável levar em conta a visão dos especialistas na administração pública, incluindo a avaliação dos recursos econômicos e técnicos disponíveis (FREY, 2000).

Os projetos que estão em curso se transformam em resultados concretos durante a fase de implementação. Durante essa etapa, é comum que as políticas

públicas passem por ajustes e modificações de acordo com as decisões tomadas pelo órgão administrativo encarregado da sua execução.

A implementação é um processo independente no qual decisões cruciais são tomadas em relação ao projeto político. Nesse contexto, é notável que a concepção de implementação como um processo de aprendizado, que envolve uma rede de agentes, proporciona uma estrutura de referência mais sólida para compreender os mecanismos envolvidos na execução das políticas (SILVA; MELO, 2000).

De acordo com Souza (2006), diversos fatores podem afetar o processo político durante essa fase, incluindo conflitos pelo poder entre organizações, desenvolvimento socioeconômico e tecnológico, bem como limitações de recursos financeiros. Apesar da escassez de recursos em relação às necessidades da população, os programas governamentais frequentemente enfrentam desafios de gestão que têm um impacto mais significativo do que a falta de recursos propriamente dita.

Conforme Passone (2013), a implementação malsucedida ocorre quando os agentes políticos não compreendem plenamente as situações reais nas quais seus serviços são entregues, resultando em uma falta de coordenação entre os processos. Isso, por sua vez, leva a um desvio dos objetivos originais da política, levando à estagnação. Portanto, é fundamental analisar as condições que afetam a rotina dos atores envolvidos na prestação desses serviços, a fim de melhorar a implementação das políticas.

A avaliação é conduzida por meio da análise do projeto aprovado, o que possibilita aprimoramentos no processo. Isso envolve a correção de erros, a prevenção de problemas e a obtenção de novas informações que podem ser usadas na formulação de políticas públicas futuras. Portanto, a fase de avaliação pode ser definida como:

A avaliação crítica de um programa ou política visa principalmente compreender em que extensão as metas estão sendo atingidas, qual é o custo envolvido, quais processos ou efeitos secundários estão sendo desencadeados (sejam eles planejados ou não, desejados ou não), e assim, oferece diretrizes para a adoção de novas abordagens mais eficazes (LIMA; *et al.*, 1978, p. 4-5).

De acordo com Frey (2000), a avaliação desempenha um papel fundamental na melhoria e na evolução contínua das ferramentas de atuação governamental. Embora a avaliação seja frequentemente vista como a última etapa do ciclo político, isso não significa que ela deva ser aplicada apenas no final de uma ação política.

Pelo contrário, é essencial realizar um acompanhamento constante ao longo do processo para garantir um desenvolvimento adequado das etapas do ciclo político, minimizando assim o risco de falhas na execução.

2.2. - Aspectos da política agrícola no Brasil

O desenho das políticas agrícolas no Brasil é caracterizado pelo clima social e político da época em que foram estabelecidas. A política pública é normalmente definida como um meio de enfrentar os desafios e dificuldades que estão presentes numa determinada época. Isto é conseguido através de um conjunto de medidas que terão um impacto significativo (SOUZA, 2006).

Nos últimos anos, o setor agrícola brasileiro expandiu-se rapidamente através da utilização de tecnologias avançadas e conhecimentos técnicos. Com o impressionante crescimento da produtividade do setor, é imperativo que se obtenha uma compreensão abrangente da evolução ao longo do tempo. Isto permitirá uma organização e orientação mais eficazes em relação às políticas públicas relacionadas com a agricultura.

Segundo Vieira Filho (2015), o Brasil dependia da importação de alimentos básicos, como milho, arroz, cereais e carne de frango durante a década de 1960. No entanto, o uso institucional de novas tecnologias fez com que o país se tornasse um grande exportador global de alimentos desde 1990 até os dias atuais. O autor sugere que é necessário compreender a especialização e o crescimento produtivo da agricultura para que haja melhor suporte às políticas públicas voltadas para este segmento. O processo de expansão agrícola para as zonas fronteiriças foi largamente facilitado pelo Estado, não só através de políticas setoriais, mas também através da internalização de recursos financeiros federais convertidos em infraestruturas de transporte, como autoestradas.

A região Centro-Oeste passou por mudanças operacionais que estimularam o crescimento econômico e populacional através de uma agricultura moderna e tecnológica. Com as mudanças que ocorreram até a década de 1970 e o aumento da produção de grãos na região, as empresas agroindustriais procuraram insumos agrícolas, desempenhando assim um papel na rápida expansão econômica da região (CASTRO; FONSECA, 1995).

A partir da década de 1970, linhas de crédito tornaram-se disponíveis para pequenos produtores. No entanto, de acordo com Rückert (2003), os ativos limitados

e as regulamentações bancárias prejudicaram a quantidade de recursos disponíveis. Isto, por sua vez, levou a um aumento nos preços da terra e desencorajou a procura de trabalho. No início da década de 1970 já eram realizados investimentos em máquinas, infraestruturas de produção e implementos. Assim, havia a necessidade de novos pacotes tecnológicos que surgiam juntamente com a revolução verde, que exigiam gastos com insumos de produção.

Considerando as diversas ações que transformaram e evoluíram as fronteiras agrícolas, fica evidente que o seu desenvolvimento apresenta características e lógicas distintas. Estas fronteiras têm representado historicamente a inclusão e o domínio de novos territórios no setor agrícola de diversas maneiras, criando muitas vezes novas oportunidades de crescimento. Na década de 1970, houve um esforço conjunto para incentivar a ocupação da Amazônia para a produção agrícola, mas não se concretizou. Em vez disso, o foco mudou para a região do cerrado, que tinha uma localização geográfica mais favorável em relação aos mercados do Centro-Sul do país (MUELLER, 2002).

Durante esse período, os desafios apresentados pela acessibilidade limitada e pelas dificuldades de adaptação ao ambiente natural, aliados à falta de tecnologia adequada, resultaram no abandono do processo de expansão amazônica.

Segundo Sicsu, Lima (2000), o estímulo sucessivo une-se na região Centro-Oeste, estendendo-se até o limite sul do Maranhão e a fronteira oeste da Bahia. Esta região conheceu tecnologias inovadoras, principalmente para a produção de soja, o que facilitou a expansão econômica dos cerrados no que diz respeito aos empreendimentos agrícolas.

O fluxo de migrantes das regiões Nordeste e Sul para o Centro-Oeste criou um movimento significativo em direção às técnicas agrícolas modernas, acompanhado pelo uso extensivo de recursos financeiros. O objetivo final é obter acesso mais fácil aos mercados consumidores. Consequentemente, houve um aumento notável no movimento de capitais, com muitos projetos sendo estabelecidos para agroindústrias.

De acordo com Rückert (2003), a década de 1980 foi um ponto de viragem no financiamento agrícola e nos subsídios públicos. A decisão do governo de acabar com o financiamento agrícola e os subsídios públicos levou a uma mudança do crédito público para o crédito privado. Políticas econômicas como os Planos Cruzados introduzidos neste período contribuíram para uma inflação elevada, que

teve repercussões negativas para o setor agrícola. Isto incluiu o aumento dos custos de produção e a redução dos preços pagos aos produtores. Conseqüentemente, alguns setores, como as agroindústrias, os bancos, os produtos capitalizados e os grupos empresariais, concentraram os seus recursos em terras e capitais. Ao mesmo tempo, propriedades menores foram absorvidas pelas maiores.

Guimarães e Leme (2002) propuseram que a extensão da agricultura brasileira até os limites fronteiriços foi o resultado de políticas governamentais direcionadas que visavam promover a expansão agrícola e o desenvolvimento naquela área. Isto fez parte de um esforço maior no sentido da descentralização econômica regional, que começou na década de 1970 e envolveu a redistribuição do crédito público rural. Além disso, foram implementadas políticas agrícolas para incentivar a modernização do setor agrícola, o que acabou por levar a um crescimento econômico significativo na região centro-oeste do Brasil.

De acordo com o Ministério da Agricultura e Pecuária, no Plano 2021/22, os recursos destinados à agricultura familiar tiveram um crescimento de 19%. Foram destinados R\$ 39,34 bilhões para financiamento pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com juros de 3% e 4,5%. Desse valor, R\$ 21,74 bilhões são para custeio e comercialização e R\$ 17,6 bilhões para investimentos (BRASIL, 2021). Além disso, o BNDES disponibilizou R\$ 5,1 bilhões para o pequeno produtor rural (BNDES, 2021).

Maior volume de recursos	Investimento	NOVO Bioeconomia	Aumento da renda bruta de enquadramento
39,3 bi Aumento 19%	17,6 bi Aumento 29%	Sistemas Agroflorestais	Pronaf R\$ 500 mil
		Produção de Bioinsumos	Pronamp R\$ 2,4 milhões
		Turismo Rural	

Figura 2 - Agricultura Familiar (Pronaf)
Fonte: Brasil (2021)

A história das políticas públicas agrícolas no Brasil indica uma preferência pela agricultura comercial. Apesar da quantidade significativa de recursos alocados ao crédito rural, os pequenos agricultores tiveram dificuldade em aceder a estes

incentivos. Como resultado, o financiamento governamental limitou-se principalmente aos grandes proprietários de terras, permitindo-lhes acumular capital e modernizar as atividades agrícolas. Esta abordagem, no entanto, exacerbou os problemas agrários existentes, incluindo o crescente êxodo rural (SILVA, 2017).

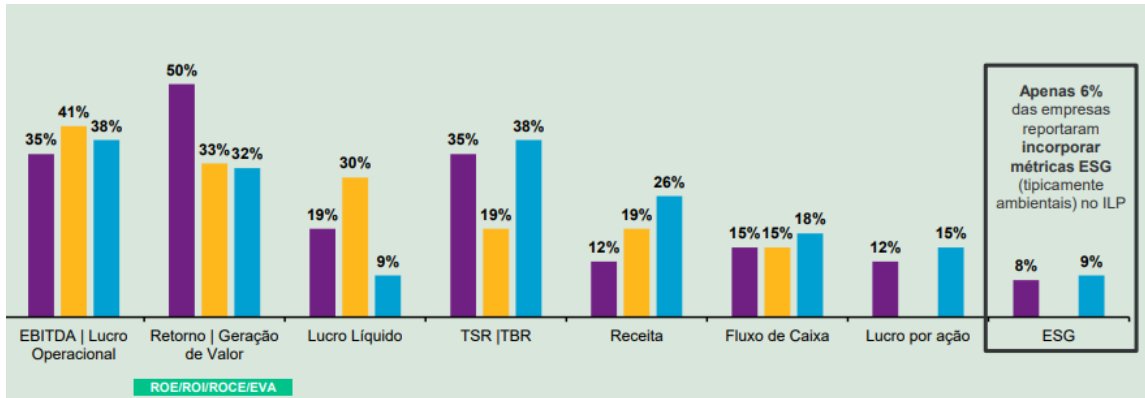


Figura 3 - Parâmetros gerais dos desenhos: métricas de desempenho
 Fonte: Willis Towers Watson (2022)

Além disso, grandes empresas como o banco Itaú Unibanco têm campanhas de incentivo como “pessoas que fazem a diferença”, que premia os colaboradores com experiências personalizadas (IMMAGINARE, 2021).

Por outro lado, as micro e pequenas empresas (MPEs) e os microempreendedores individuais (MEIs) foram beneficiados com iniciativas do governo, como o diferimento de impostos como o Simples Nacional. No entanto, esses incentivos podem não estar ao alcance das grandes empresas (BRASIL, 2021).

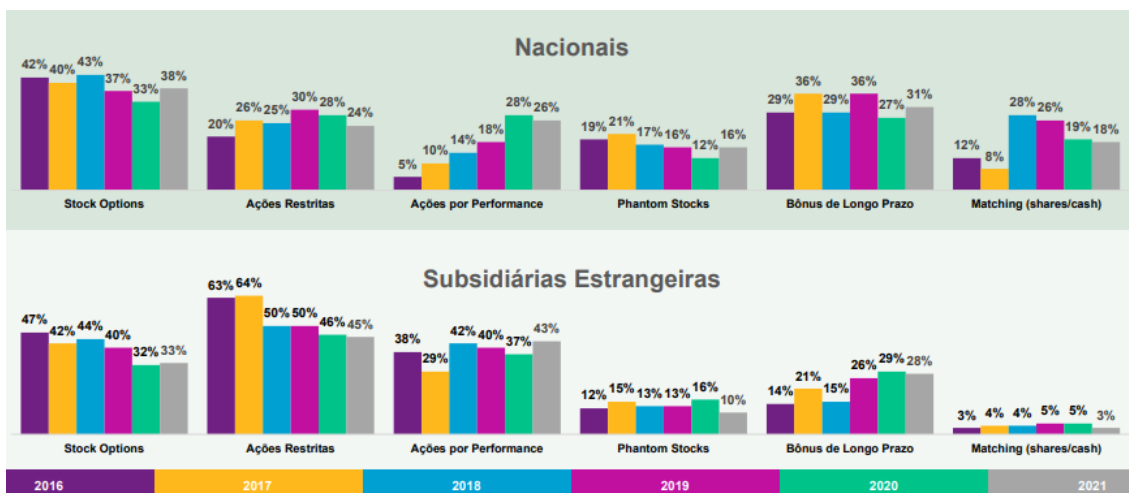


Figura 4 - Incentivos de Longo Prazo Tipos de Planos
 Fonte: Willis Towers Watson (2022)

3 - Política de garantia de preços mínimos

A ênfase da apropriação pública dos meios de produção não deve priorizar a acumulação, mas sim a sua disponibilização para fases produtivas, como o fornecimento de bens e serviços infraestruturais. Essencialmente, o envolvimento do governo nas práticas produtivas em nações como o Brasil é significativo em termos de fatores socioeconômicos. No entanto, existe uma tendência notável para que o seu envolvimento diminua com o tempo (PEREIRA, 1996). Como o panorama participativo do Estado está em constante mudança, há uma discussão contínua sobre a necessidade de os agentes públicos possuírem conhecimento e experiência, particularmente no domínio da tomada de decisões.

Coelho (2001) argumenta que a implementação de uma política de estabilização de renda para a agricultura familiar pode neutralizar as inadequações que resultam da ausência de modernização no processo agrícola do Brasil. O autor observa que a abordagem de industrialização do Brasil durante a década de 1960 adiou o estabelecimento de um complexo agroindustrial significativo, causando conseqüentemente uma crise alimentar. O governo foi forçado a reexaminar o papel da agricultura no processo de desenvolvimento.

A repartição dos preços dos produtos agrícolas pode ser fortemente impactada pelas ações governamentais, especialmente através de políticas como a regulamentação dos preços mínimos. No entanto, modificações em determinados programas políticos podem ter alterado o modo como funcionam os mecanismos de intervenção. É crucial identificar e especificar com precisão as variáveis que afetam os preços dos bens e serviços agrícolas para garantir o sucesso do planejamento e implementação na indústria (CONCEIÇÃO, 2006).

A determinação dos preços de mercado parece ter uma correlação direta com o ambiente econômico de oferta e procura. Embora o processo de troca seja crucial, o preço continua a ser o aspecto mais notável de qualquer mercado (MENDES; PADILHA, 2007).

Conforme pesquisa de Mendes, Padilha (2007), a instabilidade dos preços das commodities agrícolas é uma característica definidora, pois apresentam alto grau de volatilidade. Os preços agrícolas servem dois propósitos principais, conforme delineados pelos autores: alocação de recursos, que determina o nível de preços e o volume de produção. Os autores fornecem um exemplo que ilustra a

correlação entre o preço de um produto e a sua rentabilidade; quanto maior o preço de um produto em relação a outros produtos, mais recursos serão utilizados em sua produção, resultando em maior lucratividade.

A segunda função é a distribuição do rendimento, o que significa que as alterações nos preços dos produtos agrícolas, em comparação com os produtos não agrícolas, afectam a distribuição do rendimento entre os diferentes setores. Por exemplo, os consumidores urbanos de baixos rendimentos são mais susceptíveis de serem afectados pelos aumentos dos preços agrícolas do que os consumidores de rendimentos elevados, uma vez que gastam uma parte maior do seu rendimento em alimentos (MENDES; PADILHA, 2007).

Segundo Del Bel Filho, Bacha (2005), a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) é um mecanismo político que visa determinadas rendas agrícolas, garantindo uma renda unitária mínima aos agricultores. Esta política tem como objetivo promover a produção regulando a volatilidade dos preços agrícolas, especialmente durante a época das colheitas. Neste momento, o excesso de oferta pode causar uma diminuição dos preços que podem cair abaixo do custo de produção. Ao agir como regulador, o governo pode mitigar esta pressão sobre os preços.

A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), é uma instituição pública que funciona sob a alçada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e tem como missão fiscalizar as políticas relacionadas aos setores de abastecimento e agropecuária. O objetivo da organização é promover mecanismos de mercado que estimulem a economia brasileira. Tal como acontece com todas as intervenções governamentais na economia, os efeitos podem ser imediatos e de longo alcance, impactando a população em geral, bem como os empresários. A fim de preservar os rendimentos dos pequenos agricultores e protegê-los da volatilidade do mercado, o governo oferece uma garantia de preço mínimo na compra dos seus produtos e na venda da produção agrícola do Brasil (SILVA, 2017).

A Companhia Nacional de Abastecimento do Brasil, executa suas operações por meio da Aquisição do Governo Federal (AGF). Esse instrumento é capaz de estabilizar a receita dos produtores rurais e das cooperativas ao compensar os efeitos das oscilações de preços no mercado interno. Este processo é conseguido através da compra de produtos agrícolas, seguida da criação de reservas e da sua eventual venda para regular o mercado. O governo do Brasil possui atualmente uma

gama de recursos para corrigir distorções na atividade agrícola, dada a sua contribuição significativa para a economia do país. Garantir o apoio ao rendimento da agricultura familiar é da maior importância (CONAB, 2017).

Oliveira, Teixeira (2005) argumentam que a política de garantia de renda apresenta duas vantagens significativas para o setor agrícola. Em primeiro lugar, melhora a distribuição dos lucros, garantindo que os produtores tenham rendimentos fiáveis no final do processo de produção. Em segundo lugar, elimina o risco de rendimentos negativos e oferece aos pequenos produtores a oportunidade de investir em tecnologia que pode expandir o seu papel no setor.

Mendes, Padilha (2007), por sua vez, sugerem que mesmo que um produtor seja um tomador de preços, é crucial compreender as diferentes etapas envolvidas na formação de preços. Este entendimento é necessário para antecipar e responder proativamente às flutuações dos preços de mercado.

O conceito fundamental do preço mínimo é estabelecer uma base para o valor dos bens produzidos pelos agricultores. Ao estabelecer este pagamento mínimo, o governo pretende garantir um abastecimento constante de alimentos para a população. Normalmente, o preço mínimo é determinado antes da época de plantio para que os agricultores possam alocar os seus recursos de forma eficiente, estabelecendo parâmetros específicos para cada cultura que pode ser cultivada ao longo do ano. No Brasil, a intervenção governamental no mercado agrícola baseia-se na situação de mercado existente. O governo intervém quando os preços são desfavoráveis, normalmente durante a época da colheita, quando o excesso de oferta resulta em preços mais baixos (SANCHES; BACHA, 2015).

Como mencionado anteriormente, o financiamento agrícola fornecido pelo Estado sofreu um declínio a partir da década de 1990. Essa medida teve como objetivo aumentar a competitividade da agricultura brasileira no mercado global e diminuir os déficits governamentais em relação à infraestrutura de drenagem e armazenamento (SILVA, 2017).

Segundo Villa Verde (2001), foram feitas alterações na forma de implementação do PGPM pelo governo, a fim de restringir o envolvimento do setor público na fixação de preços dos produtos agrícolas. Como resultado, houve um aumento significativo no envolvimento do setor privado. É importante notar que durante este período, o governo encontrou vários desafios para intervir eficazmente, incluindo a escassez de recursos para adquirir bens para estabilização de preços,

bem como complicações no cumprimento dos prazos de compra e armazenamento dos produtos.

Como resultado das modificações nas ferramentas do PGPM que envolvem a intervenção governamental na sociedade, parece que a influência das entidades públicas no estabelecimento dos preços agrícolas foi diminuída (VILLA VERDE, 2001).

Os estudiosos têm se preocupado cada vez mais com as despesas incorridas pelo PGPM, com muitos defendendo a redução de custos devido à limitação de recursos. Vale ressaltar que a escassez foi resultado de mudanças institucionais ocorridas na última década. Como consequência da decisão do governo de diminuir o financiamento para o crédito rural, o papel do PGPM como ferramenta para esse crédito foi diminuído (DEL BEL FILHO; BACHA, 2005).

As diversas modalidades da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) desempenham um papel fundamental na proteção do produtor rural e na estabilização dos preços agrícolas. A PGPM é uma política governamental que visa garantir um preço mínimo aos produtos agrícolas, assegurando assim a renda dos produtores e evitando oscilações bruscas nos preços.

Uma das modalidades da PGPM é a Aquisição do Governo Federal (AGF). Nessa modalidade, o governo adquire diretamente os produtos agrícolas, geralmente por meio de leilões, visando garantir um preço mínimo aos produtores. A AGF é aplicada em situações em que há excesso de oferta no mercado e os preços estão abaixo do preço mínimo estabelecido. Com a compra direta pelo governo, busca-se retirar parte da oferta do mercado, evitando uma queda ainda maior nos preços.

Outra modalidade da PGPM é a Contratos de Opção de Venda (COV). Nessa modalidade, o governo celebra contratos com produtores rurais, garantindo a esses produtores o direito de vender seus produtos a um preço mínimo estabelecido em um determinado prazo. Esses contratos de opção de venda funcionam como uma espécie de seguro para o produtor, que pode exercer a opção caso os preços de mercado estejam abaixo do preço mínimo garantido. Dessa forma, os produtores têm a segurança de que, mesmo em um cenário de queda nos preços, conseguirão vender seus produtos a um preço mínimo.



Figura 5 – Etapa das PGPM
Fonte: Conab, 2017

A Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) é uma importante ferramenta para diminuir oscilações na renda dos produtores rurais e assegurar uma remuneração mínima, atuando como balizadora da oferta de alimentos, incentivando ou desestimulando a produção e garantindo a regularidade do abastecimento nacional. A Conab efetiva a PGPM junto ao produtor rural, tendo sob sua responsabilidade a execução dos instrumentos desta Política (CONAB, 2017). A Companhia participa ativamente em quatro etapas da PGPM:

No Plano Agrícola do Governo: a partir de análises de mercado, avaliação da oferta e da demanda nacional e internacional, planos de abastecimento, custos de produção, dentre outros fatores, a Conab produz a Proposta de Preços Mínimos, documento tomado como base técnica para a discussão e definição dos Preços Mínimos entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), o Ministério da Fazenda (MF) e o Conselho Monetário Nacional (CMN) (CONAB, 2017).

Na normatização: a cada safra dos produtos amparados pela PGPM, são produzidos normativos que explicitam os detalhes de como cada produto agrícola será tratado nos instrumentos de política agrícola. Tais normativos, produzidos pela Conab, definem ágios e deságios, conforme a qualidade do produto, limites de aquisição, dentre outros. O conjunto desses normativos pode ser encontrado no Manual Operacional da Conab (MOC) (CONAB, 2017).

No Planejamento da entrada em ação dos instrumentos: a Conab encaminha notas técnicas ao MDA, visando fornecer o suporte técnico às decisões daquele Ministério quanto à escolha dos instrumentos a serem utilizados, quando e

onde utilizar (CONAB, 2017).

Na execução dos Instrumentos de Política Agrícola: abrangendo instrumentos para redução do excedente de produtos no mercado, retorno de estoques ao mercado, financiamentos e incentivo à comercialização (CONAB, 2017).

É importante ressaltar que as modalidades da PGPM podem variar de acordo com o produto agrícola, a região e a conjuntura econômica. Além disso, a PGPM está sujeita a ajustes e revisões periódicas, de acordo com as necessidades e as condições do mercado.

Aplicação PGPM

O relatório da Conab (2015) começa focando nas perspectivas internacionais do milho. O relatório explora o estado atual da oferta e da procura de milho em todo o mundo, bem como os preços globais do milho. Além disso, o relatório fornece previsões para a próxima colheita.

É importante ressaltar os preços que são fixados nacionalmente. Com base em pesquisas, os valores internos ultrapassaram o preço mínimo praticado atualmente nas principais áreas de produção, gerando incentivo ao cultivo do milho. No entanto, os produtores estão apreensivos em expandir as suas terras cultivadas, pois prevêm que com a chegada da segunda colheita os preços cairão abaixo do preço mínimo (SILVA, 2017).

Um elemento crucial para estabelecer com precisão o preço mínimo é a utilização de uma auditoria histórica das operações realizadas. Esta pesquisa serve como uma ferramenta analítica valiosa. Os valores transferidos pelo governo para apoiar a indústria agrícola são fundamentais na criação de programas de incentivo eficazes. Esta informação pertinente é vital para a promoção da produção agrícola.

Por ser uma política promotora de comercialização, o milho é um dos produtos mais importantes na agenda das operações de apoio ao programa PGPM. Isto se deve à sua suscetibilidade a fatores cíclicos e à alta volatilidade. A tabela e o gráfico seguintes demonstram os valores nominais que foram publicados nos Planos Agrícola e Pecuário de 2017 a 2022.

Recursos programados para o financiamento da agricultura e pecuária					
	2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021	2021/2022
Custeio e Comercialização	150,25	151,88	169,33	179,38	177,78
Investimento	38,15	40,06	56,92	56,92	73,44
Total	188,40	191,94	226,25	236,30	251,22

Tabela 1 - Recursos para financiamento da agricultura e da pecuária
Fonte: Elaborado pelo autor

Durante o período da proposta de preço mínimo em 2021/2022, houve uma mudança notável na alocação de fundos para o financiamento da agricultura e pecuária. Especificamente, os recursos destinados a Custeio e Comercialização, registaram um queda de valor, enquanto se registou um aumento do financiamento relacionado com Investimentos.

O aumento das despesas logísticas durante este período é resultado direto da crescente aquisição de suprimentos para produção. Está intensificação da aquisição é alimentada por uma forte procura de bens e serviços, bem como pelo aumento do poder de compra dos produtores que têm acesso a maiores recursos financeiros.

Durante o período em questão, a desvalorização da taxa de câmbio do real é considerada um fator que contribuiu para a inflação dos preços internos além do limite mínimo. O preço nacional é determinado pelo prêmio portuário e pela paridade de Paranaguá-PR, bem como pelas cotações da Bolsa de Chicago. Como resultado da flutuação das taxas de câmbio, espera-se que os preços do período seguinte caiam abaixo do nível mínimo mínimo (SILVA, 2017).

O Governo Federal oferece incentivo econômico ao consumidor que adquirir determinado produto diretamente dos produtores rurais ou de suas cooperativas a um preço mínimo fixo. Este subsídio visa incentivar a venda e distribuição do produto de acordo com as orientações constantes do respectivo edital (CONAB, 2017, p. 1).

Conforme Conab (2015), o preço mínimo é determinado pelo custo variável de produção. O cultivo do milho representa parcela substancial da produção nacional e é cultivado em diversas regiões onde o custo de produção varia. Assim, o custo de produção dessas diferentes áreas deve ser levado em consideração no processo de plantio.

Na proposta em análise, a Conab considerou duas medidas: primeiro, um incentivo ao plantio e, segundo, uma revisão adequada do preço mínimo. Esta revisão destina-se a ter em conta o custo atual de produção e a evitar a necessidade de um aumento significativo do preço mínimo no futuro. A proposta sublinha que, dada a situação atual, os níveis de preços caíam abaixo do limiar mínimo (SILVA, 2017).

Impactos socioeconômicos no setor agrícola

O setor agrícola brasileiro enfrenta atualmente desafios econômicos e políticos significativos que resultaram em disparidades notáveis na sociedade. Estes desafios incluem disparidades estruturais de classe, a espacialização e pós- modernização da concentração fundiária, a migração de residentes rurais para áreas urbanas, instabilidade laboral e diferenças na adoção de tecnologia.

O crescimento de uma determinada área pode ser descrito como o aumento da produção global por residente. Essencialmente, se uma região criar produtos e/ou comodidades, haverá um impulso na economia local, levando à criação de empregos e à expansão das opções de habitação, proporcionando, em última análise, oportunidades tanto para a progressão na carreira como para o crescimento pessoal (TEIXEIRA, 2005).

A definição moderna de crescimento econômico levou à exclusão flagrante dos indivíduos rurais, resultando no caos no campo, levando a um declínio tanto nas oportunidades de emprego como nos rendimentos. A mecanização teve um impacto significativo no êxodo rural, e os principais fatores que contribuem para este fenômeno são a escassez de terras aráveis para cultivo e a subsequente falta de oportunidades de emprego, que empurraram os trabalhadores rurais para as áreas urbanas como meio de sobrevivência (MARTINE, 1990).

De acordo com os resultados desta pesquisa, é evidente que a formulação de políticas agrícolas no Brasil está intrinsecamente entrelaçada com o planejamento do crescimento urbano-industrial, que por sua vez depende de uma dependência particular do mercado global.

Segundo Martine (1990), é evidente que o modelo de modernização agrícola extensiva tem recebido mais apoio do governo. Como resultado, a agricultura contemporânea tornou-se complicada devido aos seus laços estreitos com as

instituições financeiras, o mercado global e as empresas multinacionais que dominam todos os aspectos dos grupos agro-industriais, desde a manipulação de sementes até à publicidade e ao fabrico de pesticidas. Embora a mudança tenha integrado parcialmente alguns ramos da agricultura familiar, também exacerbou a separação dos setores sociais dependentes, incluindo os pequenos agricultores e a mão-de-obra rural migrante.

Segundo Gehlen (2004), qualquer política que vise modificar a estrutura das áreas rurais envolve inevitavelmente a participação de pequenos grupos com interesses próprios e particulares. Isto, por sua vez, cria conflitos e incompatibilidades a nível local.

De acordo com Gerardi (1980, *apud* BALSAN, 2006, p. 129):

A desigualdade da modernização é moldada principalmente pelo avanço e inovação da tecnologia. Simplificando, o produtor encontra obstáculos neste processo, o que por sua vez complica a adoção de novas técnicas e limita os resultados potenciais.

As rápidas e intrincadas transformações que ocorrem no domínio da produção agrícola, juntamente com as principais preocupações relativas à abordagem utilizada para o avanço do desenvolvimento rural, acabaram por conduzir a consequências socioeconômicas que comprometem significativamente a capacidade de manter e preservar as comunidades locais.

Com isso, Guimarães (2002) afirma, conforme citado por Balsan (2006, p. 138), que:

O agricultor convencional, especialmente aqueles que são pequenos ou médios e cujo trabalho agrícola está interligado com responsabilidades familiares, é o que mais sofre com a perda da sua capacidade de decisão, independência e autonomia. Esta perda tem um impacto significativo e prejudica toda a unidade familiar, uma vez que os riscos da propriedade individual estão agora difundidos por todo o agregado familiar.

Com a mecanização dos campos, o trabalho agrícola sofreu diversas transformações que variavam conforme a região. Nas regiões onde a exploração laboral era grave e havia investimentos financeiros significativos, os empregadores consideraram mais lucrativo despedir trabalhadores permanentes que não eram rentáveis durante todo o ano. Isto permitiu-lhes evitar o pagamento de contribuições para a segurança social. Além disso, a utilização da mão-de-obra variou de cultura para cultura devido aos diferentes ciclos que ocorreram ao longo do ano agrícola (SILVA, 2017).

Silva (1980) postula que as políticas públicas de desenvolvimento estão

interligadas com a sociedade para reconhecer características únicas e alcançar o progresso. Isto envolve a identificação de oportunidades e obstáculos que devem ser superados antes que uma estratégia de desenvolvimento possa ser estabelecida. Para esclarecer, o termo crescimento econômico distingue-se de desenvolvimento econômico para uma compreensão mais aprofundada.

A distinção entre crescimento e desenvolvimento é que o crescimento tende a concentrar-se apenas em medidas numéricas, como o produto interno bruto (PIB). Por outro lado, o desenvolvimento abrange uma gama mais ampla de necessidades sociais, tais como o índice de desenvolvimento humano (IDH), taxas de analfabetismo e desemprego, padrões de consumo e qualidade de vida geral.

Segundo North (2005) explicita, como citado por Gomes e Nunes (2008, p. 580):

O crescimento econômico se baseasse exclusivamente na expansão das reservas tecnológicas e de conhecimento, resultaria numa satisfação garantida para a humanidade no futuro. No entanto, considerando a intrincada interação entre os indivíduos e o progresso das culturas, organizações, políticas, crenças e resultados, torna-se evidente que estas interações têm causado historicamente prosperidade econômica em algumas áreas e miséria noutras.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, iniciou-se o crescimento da agricultura brasileira. No entanto, foi durante o período entre o pós-guerra e a década de 1980 que o setor agrícola sofreu significativos avanços. Estas melhorias podem ser atribuídas à extensa reestruturação que seguiu os princípios da Revolução Verde (DELGADO, 2001).

Mueller, Martine (1997) discutem o pacote tecnológico dentro do mesmo contexto. Este pacote defende o uso de fertilizantes, pesticidas, melhoradores de solo, maquinaria industrial, avanços genéticos e combustíveis. Como resultado, esta era foi definida pela implementação de intervenções governamentais. Políticas de modernização, como preços mínimos, suporte técnico e crédito subsidiado, foram criadas nessa época.

O conceito de desenvolvimento rural é multifacetado, pois abrange diversas dimensões como os aspectos econômicos, ambientais e socioculturais. Não se centra apenas no crescimento econômico, que normalmente é medido por indicadores como o rendimento per capita e os valores associados a bens e serviços (CONTERATO, 2008).

Kageyama (2008, p. 58) define o desenvolvimento rural como:

Um conceito multifacetado que engloba vários aspectos. Não se limita a um período de tempo específico, mas é um processo contínuo que leva em conta os recursos e o território da área, bem como as estruturas sociais que nela existem. O desenvolvimento rural pode ser descrito como um esforço deliberado para provocar mudanças num ambiente rural específico, guiado por um plano de acção pré-concebido.

Navarro (2001) ilustra que a definição de desenvolvimento rural sofreu transformações ao longo da história. No entanto, todas as interpretações enfatizam a melhoria do bem-estar das comunidades rurais como o objetivo principal deste processo de desenvolvimento, com variações decorrentes da selecção de estratégias, da priorização de procedimentos e das abordagens metodológicas utilizadas.

Compreender o equilíbrio entre o pequeno número de sociedades centrais e o grupo maior de sociedades periféricas é crucial, assim como reconhecer a complexidade da situação intermédia presente na semi-periferia, particularmente nos países emergentes que são considerados em ascensão. Estas distinções destacam diferenças significativas nas potenciais opções de desenvolvimento disponíveis para cada grupo geopolítico, sejam elas sustentáveis ou não. Enquanto a ideia de prosperidade sem crescimento é debatida nos países centrais, os países periféricos necessitam de crescimento para prosperar. A principal preocupação nos países emergentes, como o Brasil, não é apenas o crescimento, mas também a qualidade desse crescimento (VEIGA, 2001).

Ao longo dos anos, o desenvolvimento rural tem estado ligado aos esforços do Estado e das organizações internacionais na intervenção nas zonas rurais mais empobrecidas. Estas regiões foram excluídas do processo de modernização da agricultura, resultando num atraso significativo no progresso (NAVARRO, 2001).

Veiga (2001) postula que o crescimento do setor agrícola é fomentado por vários fatores-chave: uma indústria agrícola diversificada e multifacetada, um ambiente rural que é variado e versátil, melhor acesso à educação e à terra que gera receitas adicionais e minimiza a pobreza, e o estabelecimento de instituições bem organizadas que facilitem a valorização do território.

Antão e Campanholo (2011) sugerem que práticas agrícolas bem-sucedidas são essenciais para o avanço social das áreas rurais. Os interesses das famílias rurais, tais como a necessidade de um rendimento estável e de maior segurança alimentar, criam uma forte motivação para superar o subdesenvolvimento. A implementação destes valores e as mudanças comportamentais são elementos

centrais no desenvolvimento cultural destas comunidades. A melhoria da estabilidade económica rural leva ao desejo de uma melhor qualidade de vida, incluindo avanços nas técnicas e na formação, o que acaba por resultar no desenvolvimento social e cultural.

4 - MATERIAL E MÉTODOS.

Este estudo compreende duas etapas distintas e inter-relacionadas. Para alcançar resultados científicos e teóricos, uma revisão bibliográfica foi realizada juntamente com uma análise de dados secundários. A pesquisa bibliográfica serviu de alicerce, sendo posteriormente complementada com o levantamento de dados secundários fornecidos pela Companhia Nacional de Abastecimento, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Os dados secundários utilizados no Caderno de Proposta de Preço Mínimo para a safra 2021/2022 foram utilizados para aprimorar a pesquisa e análise bibliográfica.

A análise de literatura possibilitou a conexão e compreensão das questões latentes do tema, através da discussão arquitetada pelo autor junto ao seus teóricos referenciais podemos compreender o viés metodológico do estudo em questão.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.

O estudo analisa possíveis mudanças para o desenvolvimento rural no Brasil, focando em políticas públicas, desafios na infraestrutura agrícola, e impactos socioeconômicos. Destaca a falta de alinhamento entre tais mudanças e os interesses da indústria agroindustrial, enfatizando a necessidade de atender às demandas em evolução da agricultura brasileira. Os problemas logísticos, como deficiências nas redes de transporte e portuárias, são identificados como obstáculos para o escoamento da produção agrícola. No entanto, a estabilidade nos preços dos bens nacionais durante o período analisado não requer intervenção imediata, embora seja sugerido um possível ajuste futuro para manter a estabilidade, considerando os custos de produção atuais.

O escrito destaca a tentativa de promover práticas agrícolas competitivas nos mercados internacionais e resolver questões de armazenamento e infraestrutura. Aponta também as limitações das entidades governamentais devido à burocracia centralizada, rigidez nas diretrizes, e falta de supervisão adequada, afetando o suporte aos produtores e a percepção da sociedade sobre sua eficácia.

Propõe-se o uso de tecnologia acessível por meio de esforços comunitários para evitar a exclusão social nas áreas rurais, destacando a importância de apoio financeiro e políticas públicas eficazes para melhorar a infraestrutura regional e oferecer treinamento profissional.

Além disso, enfatiza a necessidade de estudos abrangentes sobre a distribuição de renda entre os produtores rurais, incluindo a análise dos produtos e serviços disponíveis, os impactos ambientais da atividade agrícola e a intervenção pública e privada em regiões específicas, visando resultados sustentáveis.

REFERÊNCIAS

ANTÃO, R. A. S.; CAMPANHOLO, T. O. **Crédito rural no contexto do desenvolvimento econômico e social**. Araxá-MG, 2011.

BASEMENT. **Os incentivos de longo prazo preferidos pelas grandes empresas**. 2022. Disponível em: <https://basement.io/blog/incentivos-de-longo-prazo-mais-usados-nas-grandes-empresas/>. Acesso em: 12 out. 2023.

BELIK, W.; PAULILLO, L. F. **Mudanças no financiamento da produção agrícola brasileira**. São Paulo, 2001.

BRASIL. **Agricultura familiar**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/plano-safra/2021-2022/agricultura-familiar>. Acesso em: 13 out. 2023.

BRASIL. **Medidas de estímulo à economia executadas pelo governo atingem R\$ 1,169 trilhão**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2021/outubro/medidas-de-estimulo-a-economia-executadas-pelo-governo-atingem-r-1-169-trilhao>. Acesso em: 13 out. 2023.

CASTRO, A. C.; FONSECA, M. G. D. **A dinâmica agroindustrial do Centro-Oeste**. Brasília: IPEA, 220p. 1995.

COELHO, C. N. 70 anos de política agrícola no Brasil (1931-2001). **Revista de política agrícola**, Brasília, ano X, n.3, p. 3-58, 2001.

CONAB - COMPANHIA DE ABASTECIMENTO NACIONAL. **Prop. preços mínimos**, v. 1, Brasília, p. 1-144, 2015. Disponível em: http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/15_08_10_09_53_53_proposta_pm_-_verao_-_texto_completo.pdf. Acesso em: 01 nov. 2023.

CONAB - COMPANHIA DE ABASTECIMENTO NACIONAL. **Prêmio para escoamento de produto (PEP)**. 2017 Disponível em: http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/11_04_20_11_07_23_pep_2011..pdf. Acesso em: 24 out. 2023.

CONCEIÇÃO, J. C. P. R. **A Influência de variáveis de mercado e de programas governamentais na determinação dos preços de produtos agrícolas**. 2006. 17 f. Texto para Discussão Nr. 1221. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, 2006.

CONTERATO, M. A. **Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de agricultura familiar: uma análise a partir do Rio Grande do Sul**. 2008. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

DEL BEL FILHO, E.; BACHA, C. J. C. Avaliação das mudanças à política de garantia de preços mínimos: período de 1997 a 2002. **Revista de Economia e Agronegócio**,

vol. 3, n.1, 2005.

DELGADO, G. D. **Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra**: um estudo da reflexão agrária. *Estudos Avançados*, v. 15, n. 43, p. 157-172. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300013>. Acesso em: 25 out. 2023.

EASTON, D. *A Framework for Political Analysis*. EnglewoodCliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1984. In: AGUM, R., RISCADO, P., MENEZES, M. Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão. **Revista agenda política**, V. 3, n. 2, 2015. Disponível em: <<http://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/viewFile/67/63>>. Acesso em: 22 set. 2023.

FARIA, C. A. P. **Ideias, conhecimentos e políticas públicas**: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18 (51): p. 21-30, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15984.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2023.

FORBES. **Especial ESG**: As 10 empresas que se destacam na adoção de práticas sustentáveis. 2021. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbesesg/2021/08/especial-esg-as-10-empresas-que-se-destacam-na-adocao-de-praticas-sustentaveis/>. Acesso em: 12 out. 2023.

FREY, K. **Políticas públicas**: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e políticas públicas (IPEA)*, Brasília, v. 21, p. 211-259, 2000.

GEHLEN, I. **Políticas públicas e desenvolvimento social rural**. São Paulo, v. 18, n. 2, p. 95-103, 2004.

GERARDI, L. H. de O. **Algumas reflexões sobre modernização da agricultura**. *Geografia*, Rio Claro, v. 5, n. 9/10, p. 19-34, 1980. In: BALSAN, R. *Impactos Decorrentes da Modernização da Agricultura Brasileira*. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, v. 1, n. 2, p. 123-151, 2006. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11787/8293>>. Acesso em: 31 out. 2023.

GUIMARÃES, E. N.; LEME, H. J. C. **Caracterização histórica e configuração espacial da estrutura produtiva do Centro-Oeste**. Campinas: UNICAMP, 324 p, 2002.

IMMAGINARE. **Campanha de incentivo, exemplos e como implementar na sua empresa**. 2021. Disponível em: <https://imaginare.tur.br/campanha-incentivo/>. Acesso em: 13 out. 2023.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicações ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

MARTINE, G. **Fases e faces da modernização agrícola brasileira**. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 3, 1990.

MENDES, J. T. G.; PADILHA, J. B. J. **Agronegócio: uma abordagem econômica**. Pearson Prentice Hall, São Paulo. 2007.

MUELLER, C.C., MARTINE G. Modernização da agropecuária, emprego agrícola e êxodo rural no Brasil - A década de 1980. **Revista de economia política**, v. 17, n. 3, p. 85-104, 1997.

MULLER, P. S, Y. **A análise de políticas públicas**. Pelotas: Educat (Coleção Desenvolvimento Social), 2002. Disponível em: <<http://www.abavaresco.com.br/images/stories/0203.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2023.

NAVARRO, Z. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**, Estudos Avançados, v. 15, n. 43, p. 83-100. 2001.

NORTH, D. C. **Understanding the process of economic change**. Princeton: Princeton University Press. 2005. *In*: GOMES, C.; NUNES, C. Uma análise da estratégia nacional de desenvolvimento da Malásia. *Revista Econ. Polit.*, São Paulo: v. 28, n. 4, p. 577-594, 2008.

OLIVEIRA, M. A. S.; TEIXEIRA, E. C. **Política de estabilização de renda para a agricultura familiar: uma análise de risco**. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 43, n. 1, p. 45-62, 2005.

PASSONE, E. F. K. **Psicologia e análise de implementação de políticas públicas: um diálogo interdisciplinar**. Scielo books, Universidade Metodista de Piracicaba, São Paulo, Brazil, p. 01 - 33, 3 dez. 2013.

PEREIRA, L. C. B. Da administração pública burocrática à gerencial. **Revista do Serviço Público**, v. 120 n. 1, p. 7-40, 1996. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/1996/95.AdmPublicaBurocraticaAGerencial.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2023.

RÜCKERT, A. A. **Metamorfoses do território: a agricultura de trigo/soja no Planalto Médio rio-grandense, 1930/1990 – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.**

SANCHES, A.; BACHA, C. J. C. **Políticas de estabilização de preços agrícolas: o caso do mercado de milho em Mato Grosso**. 53o. Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia, 2015, João Pessoa, PB. *Agropecuária, Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Brasília, DF: SOBER, v. 1. p. 1- 16, 2015.

SCHMITTER, P. **Reflexões sobre o conceito de política**. *Rev. Dir. Públ. e Ciência Política*, Rio de Janeiro: v. 8, n. 2, 1965, p. 45-60. Disponível em: <bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rdpcp/article/download/59651/57996>. Acesso em: 22 ago. 2023.

SARAVIA, E. **Introdução à teoria da política pública**. *In*: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. *Coletânea Políticas Públicas*. Brasília: ENAP, v. 01 p. 21-42, 2006.

SECCHI, L. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 15, n. 6, p. 1194. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552011000600017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 set. 2023.

SICSU, A. B.; LIMA, J. P. R. Fronteiras agrícolas no Brasil: a lógica de sua ocupação recente. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.10, n.1, p. 109-138, 2000.

SILVA, J. G. **O que é questão agrária**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980.

SILVA, A, F, R da. **Política pública agrícola: contexto e efeitos socioeconômicos**. 2017. 41 f. Monografia (bacharel) - em Gestão de Agronegócios, da Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2017.

SILVA, P. L. B.; MELO, M. A. B. **O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: Características e Determinantes da Avaliação de Programas e Projetos**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – NEPP. Caderno n. 48. 2000. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper46.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2023.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Revista Sociologia: Porto Alegre**, ano 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

TEIXEIRA, N. G. **Desenvolvimento econômico: notas sobre seu financiamento**. Revista Desenbahia, n. 2, p. 7-23, 2005.

VEIGA, J. E. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD). Texto para Discussão, n. 1, 2001.

VIANA, L. A. **Abordagens metodológicas em políticas públicas**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – NEPP. Caderno n. 05. 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/8095/6917>>. Acesso em: 25 set. 2023.

VIEIRA FILHO, J. E. R. **Expansão da fronteira agropecuária brasileira: desafios estruturais logísticos**. IPEA. Repositório IPEA. 2015. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6491/1/BRU_n12_Expans%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 03 out. 2023.

VILLA VERDE, C. M. **Modificações recentes na política de garantia de preços mínimos**. In GUASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C.P.R. Transformação da Agricultura e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2001.